



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2020

E D I T A L

(Edital com exclusividade para ME/EPP)

(Processo nº 00200.006256/2020-26)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 1.172, de 2020, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.006256/2020-26, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO E POR ITEM**, destinada à **aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos para a TV Senado, Coordenação de Publicidade e Marketing, Instituto Legislativo Brasileiro e Secretaria Agência e Jornal do Senado**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 07/10/2020

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 - Poderão participar deste Pregão exclusivamente as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as quais deverão estar previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução empresarial;

2.3.6 – não se encaixem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:



SENADO FEDERAL

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

2.4.4 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

3.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.



SENADO FEDERAL

3.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 – Prazo de entrega de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.

3.4.2 – Prazo de garantia ou validade do produto de, no mínimo, **1 (um) ano**, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do recebimento definitivo do objeto.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XI deste edital.

3.6.1 - A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 11.3 do edital.

3.6.2 - Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

3.7 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.9 – A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que atende aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.11 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada

3.12 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.12.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



SENADO FEDERAL

3.13 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

5.1.1 - as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

5.1.2 - os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexecutabilidade;

5.1.3 - as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.



SENADO FEDERAL

5.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.1 – Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7. Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias



SENADO FEDERAL

recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço por grupo e por item.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4 – O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados.

10.1.5 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

10.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

- a)** as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b)** contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como a compatibilidade dos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados de cada um dos itens conforme informado no Termo de Referência (Anexo 1).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

10.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 – Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:



SENADO FEDERAL

11.3.1 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a)** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

11.3.2 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a)** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3) Declaração de Proposta Independente (DPI).

11.4 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

11.4.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.4.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

11.4.5 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.4.5.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.4.7 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 11.4.

11.5 – Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

11.5.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.6 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.7 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.7.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



SENADO FEDERAL

11.8 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.8.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.9 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.9.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.9.2 – Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude à qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.9.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:



SENADO FEDERAL

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e, caso não seja aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 – A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2 – Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

13.1.3 – O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

13.1.3.1 – A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

13.1.3.2 – Não será admitida intenção de recurso quando:

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.



SENADO FEDERAL

13.1.4 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4.1 – Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema COMPRASNET exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

13.3.1 – Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

13.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

14.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo e por item à vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.2 – o SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

15.1.3 – Caso a licitante não compareça ou assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

16.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 15.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

16.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3 – Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.



SENADO FEDERAL

16.4 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

16.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

17.2.1 – A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

17.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

17.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

18.2 – Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência; Anexo 2 – Especificações Técnicas; Anexo 3 – Minuta do Contrato; e Anexo 4 – Modelo de Apresentação de Proposta.



SENADO FEDERAL

18.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

18.3.1 – A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

18.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

18.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 24 de setembro de 2020

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2020

(Processo nº 00200.006256/2020-26)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos para a TV Senado, Coordenação de Publicidade e Marketing, Instituto Legislativo Brasileiro e Secretaria Agência e Jornal do Senado.					
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do edital.					
CATMAT	GRUPO 1		GRUPO 2		ITENS AVULSOS	
	ITEM	CATMAT	ITEM	CATMAT	ITEM	CATMAT
	1	127973	5	150325	7	151033
	2	150325	6	242257	8	26867
	3	242257			9	26891
	4	21881			10	23477
					11	26867
					12	217741
					13	217741
JUSTIFICATIVA	A demanda da TV Senado previa inicialmente a aquisição de equipamentos para suporte e movimentação de câmeras de vídeo. Contudo, ao estudar melhor a necessidade, verificou-se que o objetivo principal era a captação de imagens estáveis. Nesse sentido, a conclusão do Estudo Técnico Preliminar para essa demanda indicou que a melhor forma de atender a essa necessidade era através da aquisição de um conjunto de equipamentos composto por: um estabilizador eletrônico (<i>gimbal</i>), uma câmera fotográfica compatível, além de lente e baterias. A demanda da Coordenação de Publicidade e Marketing visa melhorar a utilização dos equipamentos já adquiridos pela Coordenação. Já a demanda do Instituto Legislativo Brasileiro tem por objetivo a atualização tecnológica dos equipamentos utilizados pelas equipes de comunicação e marketing do Interlegis. Por fim, a demanda da Secretaria Agência e Jornal do Senado diz respeito à aquisição de cartões de memória, insumo essencial para o bom andamento dos trabalhos do setor. Esses cartões					



SENADO FEDERAL

	serão utilizados nos equipamentos fotográficos que o setor dispõe para o armazenamento temporário de fotos e vídeos durante a cobertura jornalística das atividades legislativas e institucionais da Casa.					
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por grupo e por item.					
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	GRUPO 1 -AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE IMAGENS PARA TV SENADO					
	Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	1	Unidade	1	Estabilizador eletrônico de imagem (gimbal)	7.540,00	7.540,00
	2	Unidade	1	Câmera digital Mirrorless	25.990,00	25.990,00
	3	Unidade	1	Lente para câmera DSLR/Mirrorless para boca E	18.590,00	18.590,00
	4	Unidade	3	Baterias compatíveis com câmera DSLR/Mirrorless	780,00	2.340,00
	VALOR TOTAL DO GRUPO 1				R\$ 54.460,00	
	GRUPO 2 - AQUISIÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR E ACESSÓRIOS PARA O INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO					
	Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	5	Unidade	1	Câmera fotográfica DSLR	7.565,16	7.565,16
	6	Unidade	1	Lente para câmera DSLR	3.014,83	3.014,83
	VALOR TOTAL DO GRUPO 2				R\$ 10.579,99	
	ITENS AVULSOS					
	Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	7	Unidade	22	Cartão de memória Compact Flash	426,28	9.378,16



SENADO FEDERAL

	8	Unidade	1	Tripé Universal fotográfico profissional 1.80 m	413,53	413,53
	9	Unidade	3	Anéis Speedring Rotalux para montagem de modificadores de luz	605,00	1.815,00
	10	Unidade	2	Lâmpadas de reposição para flash Elinchrom BRX500	1.236,00	2.472,00
	11	Unidade	1	Tripé de Iluminação tipo Girafa	360,69	360,69
	12	Unidade	2	Bolsas para transporte de Tripés	330,00	660,00
	13	Unidade	1	Bolsa para transporte de flashes de estúdio	460,00	460,00
	VALOR TOTAL DOS ITENS AVULSOS				R\$ 15.559,38	
	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 80.599,37	
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Primeira do contrato (Anexo 3).					
PRAZO DE ENTREGA	De, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.					
PRAZO DE GARANTIA	De, no mínimo, de 1 (um) ano, a contar do recebimento definitivo do objeto.					
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Quarta do contrato (Anexo 3).					
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 01.131.0034.2549.5664 Natureza de Despesa: 449052/339030					
LOCAL DE ENTREGA	Serviço de Almoxarifado de Material Eletrônico – SEAMEL, Anexo 2, 1º Subsolo, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, nos horários de 9h as 17h.					
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Oitava do contrato (Anexo 3).					

Brasília, 24 de setembro de 2020

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 094/2020

(Processo nº 00200.006256/2020-26)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO 1

1. ESTABILIZADOR ELETRÔNICO DE IMAGEM (*GIMBAL*)

1.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

1.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

1.2.1. Estabilizador eletrônico de imagem (*gimbal*) para câmera DSLR/*Mirrorless*;

1.2.2. Possuir 3 (três) eixos;

1.2.3. Faixa de Rotação Controlável:

1.2.3.1. *Tilt/Pitch*: entre 270° e 280°;

1.2.3.2. *Yaw/Pan*: 360°;

1.2.3.3. 1.Roll: 360°;

1.2.4. Capacidade de carga entre 3 e 5 kg;

1.2.5. Capacidade de operação por aplicativos de celular com sistemas operacionais iOS e *Android*;

1.2.6. Possuir conexão *bluetooth*;

1.2.7. Possuir conexão USB;

1.2.8. Possuir acessório de montagem em câmera tipo DSLR/ *mirrorless*, com:

1.2.8.1. 1 x rosca 1/4 " - 20 (fêmea);

1.2.8.2. 1 x rosca 3/8 " - 16 (fêmea);

1.2.9. Bateria com capacidade de carga para mais de 7 horas de funcionamento;

1.2.10. Outros acessórios necessários, tais como licenças de *software/firmware*,
maletas de armazenamento, baterias, cabos, fontes, carregadores de bateria,



SENADO FEDERAL

suportes, conversores, adaptadores, etc., para integração e operação do equipamento com todos os recursos e funcionalidades exigidos neste conjunto de especificações;

1.2.11. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

1.3. REFERÊNCIA: DJI Ronin-S ou Zhiyun-Tech CRANE 3 LAB Handheld Stabilizer, ou similar.

2. CÂMERA DIGITAL *MIRRORLESS*

2.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

2.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

2.2.1. Formato da câmera: *full-frame* (fator de *crop* 1x);

2.2.2. *Pixels*: mais de 40 *Megapixels*;

2.2.3. Resolução máxima de mais de 7900 por 5300;

2.2.4. Proporção (*aspect ratio*): 3:2, 16:9;

2.2.5. Tipo de sensor: CMOS;

2.2.6. Tamanho do sensor: mínimo de 35 por 23 mm;

2.2.7. Formatos de arquivo de imagem: JPEG, Raw;

2.2.8. Profundidade de bit: 14-bit;

2.2.9. Estabilização de imagem: sensor-shift, 5-eixos;

2.2.10. Sensibilidade do ISO: mínimo menor que 160 e máximo maior que 25000;

2.2.11. Velocidade do obturador: de 1/8000 a 30 segundos;

2.2.12. Modos de exposição: prioridade de abertura, manual, programa, prioridade de obturador;

2.2.13. Compensação de exposição: -5 a +5 EV;

2.2.14. Alcance de medição: mínimo menor que -3 e máximo maior que 17 EV;

2.2.15. Balanço de branco: automático, nublado, temperatura de cor, luz do dia, flash, fluorescente, incandescente, sombra;

2.2.16. Disparo contínuo: mínimo de 9 qps (quadros por segundo);



SENADO FEDERAL

- 2.2.17. Modos de gravação de vídeo mínimos: UHD 4K a 23,97 qps (quadros por segundo), Full HD a 23,97 qps (quadros por segundo) e 100 qps (quadros por segundo);
- 2.2.18. Modos de gravação externos de vídeo mínimos: 4K (UHD ou DCI) e Full HD e mínimo de subamostragem de crominância (*chroma subsampling*) de 4:2:2 a 8-bit;
- 2.2.19. Tipo de foco de vídeo: automático e manual;
- 2.2.20. Modo de foco de vídeo mínimo: automático, servo-contínuo, servo-simples, direto manual e manual;
- 2.2.21. Pontos de autofoco de vídeo: mínimo de 399;
- 2.2.22. Tipo de visor: eletrônico;
- 2.2.23. Tamanho do visor: mínimo de 0,5” (polegadas);
- 2.2.24. Resolução do visor: mínimo de 3.500.000 pontos;
- 2.2.25. Cobertura do visor: 100%;
- 2.2.26. Resolução do monitor: mínimo de 1.400.000 pontos;
- 2.2.27. Tamanho do monitor: mínimo de 3” (polegadas);
- 2.2.28. Tipo do monitor: LCD com tela sensível ao toque e articulado;
- 2.2.29. Entrada de cartão de memória: SD/SDHC/SDXC (UHS-II);
- 2.2.30. Possuir conexão 3,5 mm para fone, 3,5 mm para microfone, HDMI e USB;
- 2.2.31. Possuir conexão Wi-Fi e bluetooth;
- 2.2.32. Pesar entre 600 a 700 g (corpo);
- 2.2.33. Possuir bocal de lente E (Sony);
- 2.2.34. Outros acessórios necessários, tais como licenças de software/firmware, baterias, cabos, fontes, carregadores de bateria, suportes, conversores, adaptadores, etc., para integração e operação do equipamento com todos os recursos e funcionalidades exigidos neste conjunto de especificações;
- 2.2.35. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

2.3. REFERÊNCIA: Sony Alpha a7R III *Mirrorless* Digital Câmera; Sony Alpha a7R IV *Mirrorless* Digital Câmera, ou similar.



SENADO FEDERAL

3. LENTE PARA CÂMERA DSLR/MIRRORLESS PARA BOCAL E

3.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

3.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

3.2.1. Lente para câmera DSLR/*Mirrorless* para bocal E compatível com o equipamento fornecido no item 2;

3.2.2. Distância focal: zoom de 24 a 70 mm;

3.2.3. Abertura máxima: f/2.8;

3.2.4. Abertura mínima: f/22;

3.2.5. Compatibilidade de formato: *full frame*;

3.2.6. Ângulo de visão: mínimo menor que 35° e máximo maior que 83°;

3.2.7. Distância focal mínima: menor que 40 cm;

3.2.8. Desenho ótico: mínimo de 16 elementos;

3.2.9. Lâminas de diafragma: mínimo de 9;

3.2.10. Tipo de foco: automático;

3.2.11. Outros acessórios necessários, tais como licenças de software/firmware, cabos, fontes, suportes, conversores, adaptadores, etc., para integração e operação do equipamento com todos os recursos e funcionalidades exigidos neste conjunto de especificações;

3.2.12. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

3.3. REFERÊNCIA: Sony FE 24-70mm f/2.8 GM Lens, ou similar.

4. BATERIAS COMPATÍVEIS COM CÂMERA DSLR/MIRRORLESS

4.1. QUANTIDADE: 3 (três) unidades.

4.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

4.2.1. Baterias compatíveis com câmera DSLR/*Mirrorless* fornecida no item 2;

4.2.2. Ampère/horas: mínimo de 2200mAh;

4.2.3. Química: Lítio-íon;

4.2.4. Voltagem de saída: compatível câmera fornecida no item 2;



SENADO FEDERAL

4.2.5. Outros acessórios necessários, tais como licenças de software/firmware, cabos, fontes, suportes, conversores, adaptadores, etc., para integração e operação do equipamento com todos os recursos e funcionalidades exigidos neste conjunto de especificações;

4.2.6. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

4.3. REFERÊNCIA: Sony NP-FZ100 Rechargeable Lithium-Ion, ou similar.

GRUPO 2

5. CÂMERA FOTOGRÁFICA

5.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

5.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

5.2.1. Câmera DSLR

5.2.2. Sensor de imagem

5.2.2.1. Ângulo de imagem formato Nikon DX - Distância focal em um formato equivalente a 35 mm [135] em aproximadamente 1.5x das lentes de ângulo de visão de formato FX.

5.2.2.2. Pixels efetivos (megapixels): 20,9 milhões

5.2.2.3. Tamanho do sensor mínimo: 23,5mm x 15,6mm

5.2.2.4. Formato do sensor de imagem: DX

5.2.3. Sistema de Arquivo

5.2.3.1. Imagens estáticas no formato de arquivo:

5.2.3.1.1. JPEG: Compatível com o JPEG de linha de base com compactação fina (aprox. 1: 4), normal (aprox. 1: 8) ou básico (aprox. 1:16) (prioridade de tamanho);

5.2.3.1.2. Compactação de qualidade ideal disponível NEF (RAW) + JPEG: foto individual gravada salva nos formatos NEF (RAW) e JPEG.

5.2.3.1.3. NEF (RAW): compactação de dados sem perdas ou compactação de 12 ou 14 bits



SENADO FEDERAL

- 5.2.3.2. Mídia de armazenamento: SD; SDHC; SDXC
- 5.2.3.3. Slot para cartão: Cartão de memória SD (Secure Digital)
- 5.2.3.4. Sistema de arquivo: Em conformidade com a regra de design do formato de arquivo de imagem trocável do sistema de arquivos da câmera (DCF) 2.0 para câmeras digitais EXIF 2.31 (formato de arquivo de imagem trocável para câmeras digitais) PictBridge

5.2.4. Visor

- 5.2.4.1. Visor Reflex de lente única com pentaprisma ao nível dos olhos
- 5.2.4.2. Cobertura da Moldura do visor: DX (24x16) – 100% vertical (aprox.); 1,3 x (18x12): 97% na horizontal e 97% na vertical (aprox.)
- 5.2.4.3. Espelho reflexo: tipo de retorno rápido

5.2.5. Lente

- 5.2.5.1. Lentes compatíveis: Lentes AF NIKKOR, incluindo tipo G, E e D (algumas restrições se aplicam a lentes para PC), lentes AI-P NIKKOR e lentes AI sem CPU (somente modo M). O telêmetro eletrônico pode ser usado com lentes com uma abertura máxima de $f / 5.6$ ou mais rápida (o telêmetro eletrônico suporta o ponto de foco central 1 com lentes com uma abertura máxima de $f / 8$ ou mais rápida).

5.2.6. Obturador

- 5.2.6.1. Tipo de obturador: Obturador de plano focal mecânico de movimento vertical controlado eletronicamente Obturador de cortina frontal eletrônico disponível no modo de obturador com espelho
- 5.2.6.2. Velocidade do obturador: 1/8000 a 30 s em etapas do modo de bulbo 1/3 ou 1/2 EV, tempo, X250
 - 5.2.6.2.1. Velocidade do obturador mais rápida: 1/8000 s
 - 5.2.6.2.2. Velocidade do obturador mais baixa: 30 s

5.2.7. Sensibilidade

- 5.2.7.1. Sensibilidade ISO 100-51200.

5.2.8. Tela

- 5.2.8.1. Tamanho da tela: 3.2 em diagonal;



SENADO FEDERAL

5.2.8.2. Resolução da tela: 922.000 pontos;

5.2.8.3. Tipo de tela: (VGA) TFT, tela de toque e inclinação LCD.

5.2.9. Energia

5.2.9.1. Deve incluir bateria recarregável de íon de lítio EN-EL15a;

5.2.9.2. Duração da bateria (tiros de carga): 950 tiros (CIPA); Filmes de aproximadamente 80 min. gravação HD;

5.2.9.3. Adaptador CA: Adaptador Ca EH-5c requer conector de alimentação EP-5B;

5.2.9.4. Deve incluir carregador de bateria: Carregador Rápido MH-25a.

5.3. REFERÊNCIA: Nikon D7500, ou similar.

6. LENTE

6.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

6.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

6.2.1. Tipo de montagem: Nikon F-Bayoneta;

6.2.2. Escala de distância focal: 18 – 140 mm;

6.2.3. Proporção de zoom: 7,8x;

6.2.4. Abertura máxima: f/3.5-5.6;

6.2.5. Abertura mínima: f/22-38;

6.2.6. Formato: Dx.

6.3. REFERÊNCIA: Nikon AF-S DX NIKKOR 18-140 MM F/3.5-5.6G ED VR, ou similar.

ITENS AVULSOS

7. CARTÃO DE MEMÓRIA COMPACT FLASH

7.1. QUANTIDADE: 22 (vinte e duas) unidades.

7.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:



SENADO FEDERAL

- 7.2.1. Cartão de memória Compact Flash igual ou superior a 16GB de armazenamento;
- 7.2.2. Construção robusta do revestimento externo em aço;
- 7.2.3. Taxa de velocidade (speed x-rating) igual ou superior a 1000x;
- 7.2.4. Taxa de gravação máxima igual ou superior a 120 MB/s;
- 7.2.5. Taxa de leitura máxima igual ou superior a 150 MB/s;
- 7.2.6. Conformidade UDMA (Ultra Direct Memory Access);
- 7.2.7. Cada unidade deve vir com os seguintes componentes (como comercializado pelo fabricante, em embalagem original deste):
 - 7.2.7.1. Manual do fabricante, impresso ou eletrônico;
 - 7.2.7.2. Outros acessórios integrantes da embalagem original;
 - 7.2.7.3. Case ou estojo (se aplicável);
 - 7.2.7.4. Documentação completa do fabricante, em inglês e/ou em português, impressa ou eletrônica (se aplicável);
 - 7.2.7.5. Programas (softwares) que acompanhem o produto, em CD/DVD, além da possibilidade de indicação de endereço eletrônico para download;
 - 7.2.7.6. Outros acessórios, divisórias, sacos plásticos, arames, fitas e o que porventura contiver a embalagem original.

7.3. REFERÊNCIA: Compact Flash - Hoodman Steel 16GB; Sandisk 16GB Ultra Compact Flash Memory Card; Cartão de Memória Compact Flash Lexar Professional UDMA 7 de 16GB (800X), ou similar.

8. TRIPÉ UNIVERSAL FOTOGRÁFICO PROFISSIONAL 1.80 M.

8.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

8.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

- 8.2.1. Tripé Universal fotográfico profissional 1.80 m.;
- 8.2.2. Altura mínima: 68 cm;
- 8.2.3. Altura máxima: 1.80 m;
- 8.2.4. Rotação horizontal 360°;
- 8.2.5. Rotação vertical 180°;



SENADO FEDERAL

- 8.2.6. Base da Câmera pode ficar na posição horizontal ou vertical com 90° de regulagem para este fim;
- 8.2.7. Suporta peso de equipamento até 2,5 Kg (com segurança);
- 8.2.8. 2 níveis d'água para correção de terreno;
- 8.2.9. Pernas com ajuste telescópico com travas em 2 estágios;
- 8.2.10. Fabricado em Alumínio para facilidade de transporte;
- 8.2.11. Universal (Pode ser usado por qualquer câmera);
- 8.2.12. Suporte para auxiliar na mudança de posição;
- 8.2.13. Gancho para prender bolsa com acessórios;
- 8.2.14. Manivela para mudança de altura Média;
- 8.2.15. Travas para fixação da posição;
- 8.2.16. Suporte de câmera destacável para agilidade em fotos sem o tripé ou mudança de acessórios;
- 8.2.17. Anel Central Rosqueado (fixa os pés do tripé impedindo que o mesmo se desmonte acidentalmente);
- 8.2.18. Pés em borracha e ajuste de terreno para melhor estabilidade;
- 8.2.19. Alavanca de ajuste de altura milimétrica;
- 8.2.20. Gatilho de saque rápido.

8.3. REFERÊNCIA: Tripé Universal Fotográfico Profissional Canon, Nikon 1.80 m., ou similar.

9. ANÉIS SPEEDRING ROTALUX PARA MONTAGEM DE MODIFICADORES DE LUZ

9.1. QUANTIDADE: 3 (três) unidades.

9.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

- 9.2.1. Anéis Speedring Rotalux para montagem de modificadores de luz;
- 9.2.2. Dimensões C x L x A 18 x 16,5 x 9,5 cm;
- 9.2.3. Marca Elinchrom;
- 9.2.4. Componentes incluídos apenas Speedring;



SENADO FEDERAL

9.2.5. Número da peça EL26343;

9.2.6. Anel de velocidade Elinchrom Rotalux para luzes Elinchrom com suportes mecânicos aprimorados construídos para suportar mais estresse mesmo quando caixas maiores são montadas e desmontadas;

9.2.7. Código de cores para a montagem de caixas quadradas, retangulares e de fita;

9.2.8. 1 (um) anel para todas as 11 caixas macias da Elinchrom Rotalux;

9.2.9. As marcas de cor azul e vermelha indicarão e ajudarão a configurar caixas macias Rotalux quadradas / retas e em forma de tira.

9.3. REFERÊNCIA: Elinchrom Rotalux Speedring for Elinchrom Flash Heads (EL26343), ou similar.

10. LÂMPADA DE REPOSIÇÃO PARA FLASH ELINCHROM BRX500

10.1. QUANTIDADE: 2 (duas) unidades.

10.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

10.2.1. Lâmpadas de reposição para flash Elinchrom BRX500:

10.2.1.1. GTIN 0719821300496;

10.2.1.2. BRAND Elinchrom;

10.2.1.3. MPN EL24000;

10.2.1.4. UPC 0719821300496.

10.2.2. Dimensões peso 3,4 libras.

10.3. REFERÊNCIA: Elinchrom A-Flashtube Speed Plug-In for BXRI Compacts SKU: EL24000 MFR: EL24000, ou similar.

11. TRIPÉ DE ILUMINAÇÃO TIPO GIRAFÁ

11.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

11.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

11.2.1. Tripé de Iluminação tipo Girafa;

11.2.2. Altura Máxima Como Tripé De Iluminação: 3,0 metros;



SENADO FEDERAL

11.2.3. Altura Máxima Como Tripé Girafa: 2,0 metros + Comprimento do Braço: 1,30 metros;

11.2.4. 1 (uma) Bolsa contrapeso.

11.3. REFERÊNCIA: Tripé de Iluminação tipo Girafa Greika YS513, ou similar.

12. BOLSA PARA TRANSPORTE DE TRIPÉS

12.1. QUANTIDADE: 2 (duas) unidades.

12.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

12.2.1. Bolsas para transporte de Tripés;

12.2.2. Bolsa de poliéster;

12.2.3. Divisórias acolchoadas;

12.2.4. Dimensões internas mínimas: comprimento 125cm x circunferência 75cm.

12.3. REFERÊNCIA: Bolsa para transporte de Tripé Iluminação - ALHVA BG0017, ou similar.

13. BOLSA PARA TRANSPORTE DE FLASHES DE ESTÚDIO

13.1. QUANTIDADE: 1 (uma) unidade.

13.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

13.2.1. Bolsa para transporte de flashes de estúdio;

13.2.2. Dimensões internas mínimas: comprimento 105cm x circunferência 85cm;

13.2.3. Separadores internos removíveis e ajustáveis.

13.3. REFERÊNCIA: Bolsa para transporte de Flashes de estúdio - ALHVA BG0008, ou similar.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2020

(Processo nº 00200.006256/2020-26)

ANEXO 3

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a **aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) _____ e (____) ____-____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, [documento digital nº _____](#) do Processo nº 00200.006256/2020-26, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, [documento digital nº _____](#), a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;



SENADO FEDERAL

II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

IV - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO QUINTO – É obrigação do SENADO, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora n. 02, de 2008.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato, em uma **única parcela**, no prazo de até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O (s) produto(s) deverão ser entregues no Serviço de Almoxarifado de Material Eletrônico – SEAMEL, Anexo 2, 1º Subsolo, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, nos horários de 9h as 17h.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de garantia do produto deverá ser de, no mínimo, de 1 (um) ano, a contar do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

II - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

II – Definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pelo Diretor-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO OITAVO – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

I - Para os fins do Parágrafo acima, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, [documento digital nº _____](#), não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Grupo 1 -Aquisição de equipamentos para estabilização de imagens para TV Senado					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Unidade	1	Estabilizador eletrônico de imagem (gimbal)		
2	Unidade	1	Câmera digital Mirrorless		
3	Unidade	1	Lente para câmera DSLR/Mirrorless para bocal E		
4	Unidade	3	Baterias compatíveis com câmera DSLR/Mirrorless		
Valor total do Grupo 1					

Grupo 2 - Aquisição de câmera fotográfica DSLR e acessórios para o Instituto Legislativo Brasileiro					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
5	Unidade	1	Câmera fotográfica DSLR		
6	Unidade	1	Lente para câmera DSLR		
Valor total do Grupo 2					

Itens Avulsos					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
7	Unidade	22	Cartão de memória Compact Flash		
8	Unidade	1	Tripé Universal fotográfico profissional 1.80 m		
9	Unidade	3	Anéis Speedring Rotalux para montagem de modificadores de luz		



SENADO FEDERAL

10	Unidade	2	Lâmpadas de reposição para flash Elinchrom BRX500		
11	Unidade	1	Tripé de Iluminação tipo Girafa		
12	Unidade	2	Bolsas para transporte de Tripés		
13	Unidade	1	Bolsa para transporte de flashes de estúdio		
Valor total dos Itens Avulsos					

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global do presente instrumento é de R\$ _____(_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Nona.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



SENADO FEDERAL

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i / 365 I = 6 / 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como **Programa de Trabalho** _____ e **Natureza de Despesa** _____, tendo sido empenhadas mediante a **Nota de Empenho nº** _____, de _____ de _____ de 20__.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e



SENADO FEDERAL

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I – apresentar documentação falsa;
- II – fraudar a execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fazer declaração falsa;
- V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do Parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para a execução deste contrato, sem a entrega do objeto, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quarta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Nono.

PARÁGRAFO SEXTO – Findo os prazos limite previstos nos Parágrafos Quarto e Quinto, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Nono.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto e Quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO – Além das multas previstas nos Parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II – a não reincidência da infração;
- III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Nono.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do Parágrafo anterior, será o valor remanescente cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de _____ de 20__

DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:
DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 094/2020

(Processo nº 00200.006256/2020-26)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 094/2020
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
Fax: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não

Grupo 1 -Aquisição de equipamentos para estabilização de imagens para TV Senado					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Unidade	1	Estabilizador eletrônico de imagem (gimbal)		
2	Unidade	1	Câmera digital Mirrorless		
3	Unidade	1	Lente para câmera DSLR/Mirrorless para bocal E		
4	Unidade	3	Baterias compatíveis com câmera DSLR/Mirrorless		
Valor total do Grupo 1					



SENADO FEDERAL

Grupo 2 - Aquisição de câmera fotográfica DSLR e acessórios para o Instituto Legislativo Brasileiro					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
5	Unidade	1	Câmera fotográfica DSLR		
6	Unidade	1	Lente para câmera DSLR		
Valor total do Grupo 2					

Itens Avulsos					
Item	Unid.	Qtde.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
7	Unidade	22	Cartão de memória Compact Flash		
8	Unidade	1	Tripé Universal fotográfico profissional 1.80 m		
9	Unidade	3	Anéis Speedring Rotalux para montagem de modificadores de luz		
10	Unidade	2	Lâmpadas de reposição para flash Elinchrom BRX500		
11	Unidade	1	Tripé de Iluminação tipo Girafa		
12	Unidade	2	Bolsas para transporte de Tripés		
13	Unidade	1	Bolsa para transporte de flashes de estúdio		
Valor total dos Itens Avulsos					

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.